

**“QUEM, N’ESTA CAPITAL, E NOS CENTROS CIVILIZADOS DA BAHIA, CONHECE O SR. RODRIGUES LIMA?”: ATUAÇÃO DE JOAQUIM MANOEL RODRIGUES LIMA NO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (1892-1896)<sup>1</sup>**

**Mozana Dantas Silva**

Mestranda em História Regional e Local (UNEB/Campus V)

[mozana.silva@gmail.com](mailto:mozana.silva@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/6038056877085874>

**Resumo:** O presente artigo visa analisar a trajetória política de Joaquim Manoel Rodrigues Lima especialmente entre os anos de 1892, quando é eleito governador do Estado da Bahia, e 1896, fim do seu mandato. Para este trabalho foram analisadas as correspondências pessoais deste sujeito, as quais apresentam um panorama da política e da sociedade caetiteense e baiana do século XIX e início do século XX; *Annaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia* - 1894 a 1896; exemplares do Pequeno Jornal – editado por Cezar Zama e livros de memorialistas sobre a cidade de Caetité entre outros documentos que permitem reconstruir, a partir de relações tidas no alto sertão, fragmentos da política brasileira no final do Oitocentos.

**Palavras-chaves:** Alto Sertão Baiano - Rodrigues Lima – Relações de Poder.

Pesquisas recentes têm proporcionando maior ênfase nos estudos sobre as dinâmicas sócio-políticas e econômicas na cidade de Caetité e nos dão uma dimensão das relações estabelecidas na região do alto sertão baiano durante os séculos XIX e XX. O contato com acervos históricos produzidos neste recorte espaço/temporal tem possibilitado a realização de pesquisas em diversas áreas da história, a exemplo dos estudos de AGUIAR (2011), NOGUEIRA (2011); PIRES (2003, 2009); RIBEIRO (2012); SANTOS (2014); SILVA (2014), entre outros. Dessa forma, este artigo congrega contribuições desses novos olhares e se apresenta como mais uma análise voltada para o estudo dos sertões baianos.

Nas décadas finais do século XX, ocorreram várias mudanças na historiografia e o advento da Escola dos *Annales* trouxe uma verdadeira revolução no que se refere aos campos temáticos e abordagens da história. Este grupo inseriu inúmeras possibilidades de estudo e o englobamento dos novos temas incentivou a atenção para aspectos anteriormente ignorados

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, orientado pela Prof<sup>a</sup> Ms. Lielva Azevedo Aguiar (UNEB-DCH VI)

pela historiografia, sejam elas de caráter teórico, propostas metodológicas e possibilidades de abordagens, além do aumento significativo do que, naquele momento, passava a ser considerado fonte histórica.

Dentre as pesquisas realizadas, tem-se cada vez mais dado importância aos estudos da história das elites, sob novas perspectivas teórico-metodológicas. Como ressalta Flávio Heinz (2006, p.4) o estudo desses indivíduos significa “compreender através de uma análise “fina” dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade”.

É importante enfatizar que, por muito tempo, os estudos históricos de grupos dominantes foram renegados por estarem associadas à história política tradicional. Como destaca José D’Assunção Barros (2009, p.5):

A História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), já a Nova História Política – principalmente nos seus desdobramentos de a partir dos anos 1980 – passa a se interessar também pelo “*poder*” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos *sistemas de* representações, os poderes exercidos através da palavra e dos discursos.”

Essa história política renovada, associada a outros campos da historiografia, como o da História Social tem proporcionado um outro olhar diante da compreensão da história, possibilitando o estudo das elites políticas, sem contudo, deixar de enfatizar as ações de sujeitos comuns.

Quando olhamos além do que nos apresentam os documentos oficiais é possível perceber a história que extrapola o que convencionalmente dizem as fontes trabalhadas. Assim, é necessário buscar o “não dito” que se esconde nas entrelinhas das fontes. As pistas omitidas, disfarçadas, que revelam particularidades de cada documento. Perceber apesar de nos fascinarem! É preciso estar alerta as armadilhas que só um olhar atento pode perceber. “Traduzir os sinais, ler nas entrelinhas, captar as alusões, nos insinuar nas brechas e nas falhas, dominar as lacunas e as meias-palavras” (PROCHASSON, 1998, p.115).

Foi o contato com as fontes e os olhares atentos sobre esses novos estudos que provocaram as inquietações que norteiam essa pesquisa. Em 2013, quando foi aprovado o

Projeto de Iniciação Científica: “Desafios para a preservação documental no alto sertão da Bahia: arquivo da família do Barão de Caetité (séculos XVIII – XX), passei a atuar como monitora do sub projeto Acervo Rodrigues Lima (1845-1903): Preservação da documentação histórica e pesquisa no Alto Sertão da Bahia, orientado pela Prof<sup>a</sup> Lielva Azevedo Aguiar. A execução desse projeto permitiu a organização e descrição de um grande conjunto de correspondências pessoais pertencentes a Joaquim Manoel Rodrigues Lima (1845-1903) e representou um avanço significativo para esta pesquisa.

Os primeiros momentos de contato com a documentação do Arquivo da Família do Barão de Caetité revelaram a importância da preservação e descrição arquivísticas para uma análise da vida social, política e econômica do alto sertão baiano.

Os documentos de arquivos pessoais<sup>2</sup> são fontes de pesquisas e não devem ser limitados à ideia de estudos dos grandes “heróis” da história. Diante deles, é possível perceber as relações sociais, culturais, políticas, etc. do contexto em que foram produzidos.

Algumas questões nortearam este estudo e o período compreendido em sua proposta: como se configuravam as organizações políticas e sociais em Caetité no período abordado? Elas contribuíram para eleição de Rodrigues Lima? Como ele conseguiu tamanha projeção política? Quais os artifícios usados para chegar ao governo do Estado da Bahia?

Buscando responder essas questões, foram estabelecidas como balizas temporais, dentro do período que se convencionou chamar de Primeira República, os anos de 1892 - quando Joaquim Manoel Rodrigues Lima foi “eleito” por “voto popular” Governador do Estado da Bahia - e 1896 - final de seu mandato.

As fontes utilizadas compreendem correspondências enviadas a Joaquim Manoel Rodrigues, antes e durante o seu mandato. Especificamente sobre as missivas, vale acrescentar que elas retratam as articulações e relações sociais, políticas e econômicas de um determinado

---

<sup>2</sup> Arquivo pessoal consiste em um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por um indivíduo ao longo de sua vida e tais documentos expressam a vida de seu titular, suas relações pessoais ou sua vida pública. “Representam também o íntimo de suas obras etc. São, obviamente, registros do seu papel na sociedade, num sentido amplo.” (OLIVEIRA, 2012 p. 33)

grupo, sem, contudo, deixar de registrarem as experiências dos segmentos sociais menos favorecidos.

Para além das correspondências, utilizou-se os Annaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia e jornais que encontram-se digitalizados no site da Hemeroteca Digital. Foi analisada também uma obra biográfica sobre Joaquim Manoel Rodrigues Lima, produzida em 1896, ao findar do seu governo, por Arthur Dias, além de outros documentos.

Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, tendo como foco a sua atuação no governo da Bahia, a partir das fontes elencadas e de estudos já realizados, no intuito de também discutir elementos da dinâmica sócio-política do Alto Sertão Baiano durante esse período.

O trabalho foi estruturado em três tópicos, o primeiro abarca uma análise sobre a constituição da Família Rodrigues Lima e as estratégias de consolidação e/ou manutenção de poder; o segundo tópico consiste na apresentação dos conflitos e disputas de poder durante o processo eleitoral de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, e por fim, o terceiro tópico discute sua atuação no período em que assumiu o Governo do Estado da Bahia.

### **1. Família e Poder: estratégia de consolidação política da família Rodrigues Lima**

No intuito de compreender como se deu a consolidação econômica e política da Família Rodrigues Lima, faz-se necessário esmiuçar as relações construídas por esses sujeitos na região alto sertaneja, muitas delas comum a outras famílias de elite do período estudado.

Foi na vila de Caetité e em meio aos constantes deslocamentos de seu pai em busca de riquezas, que nasceu, em 1845, Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Do lado paterno sua família descendia de portugueses. Seu pai, Capitão Joaquim Manoel Rodrigues Lima foi minerador nas Lavras diamantina. Sua mãe, Rita Sophia Gomes Lima era irmã de José Antônio Gomes Neto<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup>José Antônio Gomes Neto nasceu no ano de 1822, na Fazenda Rio Grande, na Freguesia do Gentio. Filho do Tenente Coronel José Antônio Gomes Filho e Antônia Sofia de Azevedo Gomes. Casou-se com Elvira Benedita de Albuquerque Gomes e uma de suas três filhas, Maria Vitoria casada com Joaquim Manoel Rodrigues Lima; Seu avô, o comendador Domingos Gomes de Azevedo, segundo o memorialista regional Dario Cotrim, saiu da região de Caetés, Mariana e Vila Rica, por se sentir ameaçado pelas perseguições do Intendente dos Diamantes Dr. Luís Beltrão. A família Gomes de Azevedo então, se refugiou na região do Gentio, e trouxeram escravos,

que em 1880 se tornou Barão de Caetité. Pouco depois do seu nascimento, mudou-se com a família para Santa Isabel do Paraguassú (atual Mucugê) e lá morou até os dez anos, quando foi para a capital da Província da Bahia, Salvador, a fim de continuar seus estudos.

Em 1863 começou os estudos na Faculdade de Medicina da Bahia<sup>4</sup>. Ainda durante o curso serviu como médico voluntário nos hospitais de sangue na Guerra do Paraguai (1866), como segundo cirurgião do exército<sup>5</sup>. Nesse período um decreto do governo criou os corpos de Voluntários da Pátria<sup>6</sup> para suprir as necessidades do corpo de Saúde do Exército e da Armada, realizando a mobilização de médicos militares, que foi organizada “mediante a força dos regulamentos militares a que eles, como oficiais, estavam subordinados. Isso porque esses homens resistiram em seguir para a guerra.” (JUNIOR, 2009, p. 302). Já os médicos civis, incluindo os professores e os estudantes, foram recrutados mediante solicitação, através de requerimento pessoal e assinatura de contrato, oferecendo muitas vantagens aos mesmos, como enfatiza Osvaldo Silva Felix Júnior (2009, p. 308):

O médico recebeu 600 mil réis mensais, um salário do mês, a título de ajuda de custo e mais passagem gratuita. Os estudantes receberam 200 mil réis mensais, sendo 100 mil réis de ordenado e 100 mil réis de gratificação, ajuda de custo de 300 mil réis e mais passagem gratuita nos vapores.

Para alguns médicos, como Rodrigues Lima, o conflito serviu como plataforma para alavancá-lo na política no pós-guerra. Recebendo posteriormente do Imperador uma carta patente nomeando-o ao posto de Capitão Cirurgião Mor do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de Caetité, na Província da Bahia. A Guerra serviu de instrumento para

---

empregados que se chamavam “artistas”, e concomitante a isso trouxe também prestígios, dinheiro e poder. (INÁCIO, 2015 – pesquisa em fase de conclusão)

<sup>4</sup>De acordo com Nádya Rocha, a Faculdade de Medicina da Bahia tinha um “currículo bastante abrangente, incluindo disciplinas que atualmente são do âmbito de outros campos de saber [como] os vinculados às ciências ainda em formação, o que permitiu a qualificação de profissionais que exerceram atividades não só no campo da medicina, mas também em política e educação, por exemplo [...] Desde o início, houve uma grande sintonia com a produção européia, de modo geral, e com a francesa, em particular, tendo por modelo a Faculdade de Medicina de Paris”. (ROCHA, 2004, p. 105 apud Aguiar, 2011, p. 76)

<sup>5</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio directo do povo. 1896.

<sup>6</sup> Pelo decreto 3 371, poderia compor esses Corpos todo cidadão entre 18 e 50 anos de idade, que aceitasse as condições ali estabelecidas. Eram oferecidos como vantagens aos voluntários, 300 réis por dia, assim como o soldo a que tinham direito os militares do Exército, de 165 réis; para as famílias dos soldados que morressem em combate, uma pensão de meio soldo, e mais gratificação de 300 mil réis para aqueles que fizessem toda a campanha. Por último, 22 500 braças de terras em colônias militares ou agrícolas. RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. 2001.162f.Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

ganhar prestígio e destaque naquela sociedade, além de certo grau de confiança por parte das elites baianas, para quem se apresentou como um defensor dos interesses nacionais.

Ao regressar ao Brasil em 1869, concluiu o curso de Medicina. Depois disso, voltou para Caetité e casou-se com Maria Vitória Gomes de Albuquerque Lima (apelidada de Iaiá), filha do seu tio José Antônio Gomes Neto, magistrado e rico proprietário da região, com quem teve 6 filhos<sup>7</sup>, dedicando-se ao exercício de sua profissão, as lavouras e fazendas de criação de gado.

Nesse período os títulos universitários ganhavam muita importância na política brasileira, os médicos eram sempre cogitados a ocuparem lugares nos cargos públicos. A formação acadêmica de Joaquim Manoel Rodrigues Lima assim como sua posição socioeconômica, colaborou consideravelmente para sua inserção na política.

No período de 1876 - 1877 fez uma viagem de estudos para Europa, passando pela França, Bélgica, Alemanha, Áustria, entre outros países, frequentando as clínicas de Péan, Verneuil e Depaul, em Paris; de Billoth, Braun em Vienna d'Austria entre outros hospitais<sup>8</sup>. Da Europa correspondeu com o sogro, contando sobre suas impressões dos locais em que visitou:

Meo querido Tio

Paris 14 de 9bro de 1876

No dia q cheguei estava o thermometro a 4º abaixo de zero e começava a gelar – senti frio insuportável e [?], mas a temperatura eleveou-se hotem a 10º acima, Causou-me admiração a vista de Paris, é uma cousa imensa e difícil torna-se p isso possuir-se nos prim<sup>os</sup> p perder-se a gente a cada passo. Já vi o Louver q é tão grandiosos q difficilm<sup>e</sup> se pode de [?] o Palais-Royal, cheio de lojas, hotéis, escriptos, rios, a Praça da Concordia. O Jardim de [?] onde se vê animais de todas as fam<sup>as</sup> e procedências desde o nosso carpiogude até o a girafa e elefhante, só de olhar há m<sup>s</sup> de 50 [?] ! O Jardim é palácio de Luxemburgo onde há uma linda galeria de estatuas. Hoje assisti o [?] e a explicação listologia no collegio de França.

Sobr<sup>o</sup> e amigo verdad<sup>o</sup> Joaquim<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior (Coronel Lima Junior), casado com Alzira, filha de Dr. Deocleciano Pires Teixeira, seu aliado político; Elvira, casada com o Dr. Braulio Xavier da Silva Pereira (seu sobrinho); Rita Sofia (Zinha), casada com Joaquim Manoel do Rego; Maria Sofia (Mariqinha), que faleceu ainda nova, em 1885; Bráulio, bacharel em Direito e Deputado Estadual e Octacílio Albuquerque, farmacêutico, casado com Aida Drummont.

<sup>8</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio directo do povo. 1896. P. IV

<sup>9</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: José Antônio Gomes Neto. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 20. Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Notação: JAGN 1.20.1

Mostrando grande admiração pelo mundo europeu que nada se parecia com o sertão, trouxe consigo, vários postais e fotos, a exemplo deste que segue:



Figura 01: Postal de Luxemburgo. Fonte: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. (Documentação em fase de organização)

Os cartões postais, fotografias e correspondências de diversos lugares presentes no acervo, apontam as “articulações sócio-econômicas e culturais entre os sertões e outras partes da província da Bahia, do Brasil e do exterior” (PIRES, 2009, p.04). Esses documentos evidenciam o quão amplas eram as relações políticas e comerciais, desmistificando com isso visões proliferadas de um sertão “isolado e distante”.

Grande proprietária de terras, a família Rodrigues Lima, possuía várias fazendas na região, dedicando-se também ao comércio do gado e algodão. Na missiva abaixo, é possível perceber algumas atividades econômicas relacionadas as fazendas e exercidas por Joaquim Manoel Rodrigues Lima:

Caetité 25 de janeiro de 1892

Ilm. Am<sup>o</sup> Sem. Dr. Joq<sup>m</sup> Manoel

Aqui chegando e apresentado o balanço ao C<sup>el</sup> Roiz Lima, que se mostrou satisfeito com o resultado das transações, com elle combinei o aumento de Capital e d’elle recebi a quantia de \$ 9: 568 740 que vou creditar-lhe em conta de Capital a qual fica sendo \$ 25: 000 000.

Realizado que seja o negocio de algodão em Sam embolsarei ao C<sup>el</sup> Roiz o resto do capital e prosiguierei no negocio de algodão se houver nisso conveniência. Com mais vagar remeterei dois exemplares do contracto relativo ao presente que serão por VEx<sup>a</sup> assignados, devolvendo-me um e ficando com outro, no qual anullará o já existente.

Do Amigo atencioso

Balbino G. de Araújo Cajayba<sup>10</sup>

Beija Flor 21 de junho de 1892

Ilm. Am<sup>o</sup> Sem. Dr. Joaquim Manoel

[...] Em vista da noticia que chegam da vendagem de gado nas mattas, mandei comprar no Rio de São Francisco duzentos bois que já estão se ajuntando e para o fim remette hontem sete contos e em vista dos preços porque foram comprados, suponho que n'elles terei bom resultado; Fui o primeiro a conhecer que o negocio de gado é um dos mais arriscadso, também sei que para se ganhar alguma coisa é preciso arriscar-se, espero pois que aprove meu procedimento.

Do Amigo atencioso e grato

Balbino G. de Araújo Cajayba<sup>11</sup>

Joaquim Manoel Rodrigues Lima e Balbino G. de Araújo Cajayba, tinham uma sociedade mercantil no Arrayal de Beija Flor (atual Guanambi/BA), com fins de “compra, e venda de fazendas, miudezas, ferragem, molhados, drogas em rama, animais e quaisquer outros produtos nacionais ou estrangeiros de importação ou exportação”.<sup>12</sup> Além disso, os contratos encontrados na documentação e os registros ligados as fazendas revelam o quão forte eram as atividades ligadas a criação de gado:

Nos abaixo assignados, o Exm<sup>o</sup> Snr. Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, Cafezeiro Gordilho e Affonso Pedreira de Cerqueira, contractamos a compra e venda de 300 a 400 bois, todos de mais de quatro anos, gordos, postos no Brejo Grande [...].<sup>13</sup>

Campos – 173 bois a 17:558 – 3:037:534

Espinho – 22 “ “ 17:558 – 386:275

Serra – 20 “ “ 21:000 – 420:00  
3:843:810

Pagam<sup>o</sup> ao Campos

Em divs<sup>o</sup> – 2:519:534, do qual desconto-se 513:400, ficando em din<sup>o</sup>  
2:106:134

“ 2 letras – 418:000  
3:037531<sup>14</sup>

---

<sup>10</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 5 Balbino G. de Araújo Cajayba . Notação: 1.19.1

<sup>11</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 5 Balbino G. de Araújo Cajayba . Notação: 1.19.2

<sup>12</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. (correspondências em processo de catalogação)

<sup>13</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. (correspondências em processo de catalogação)

<sup>14</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. (correspondências em processo de catalogação)



Tendo a agricultura e o agronegócio como base econômica, principalmente a produção de algodão e a criação de gado, Joaquim Manoel Rodrigues Lima e sua família, mesmo sendo abastados, também sofreram perdas com a seca que assolou a região nos anos finais do século XIX:

Caetité, 14 de novembro de 1900  
Prezado Comp<sup>e</sup> e Amigo  
Quando vem para esse feliz sertão tão perseguido pelas secas? Como todos se achão desanimados. Se Não chover já, perderemos muito gado.  
Ao Coll e Comp<sup>e</sup> Am<sup>o</sup>  
Deocleciano<sup>15</sup>

As correspondências do Arquivo da Família do Barão de Caetité demonstram a intensidade da seca desse período e a preocupação dos proprietários de terra, “anunciando tempos de crises dos quais nem as classes mais abastadas poderiam se livrar” (AGUIAR, 2011, p.44). Em uma matéria publicada por João Gumes, no Pequeno Jornal, intitulada *Os horrores da secca; 800 mortos; cadáveres encontrados; notícias diversas do sertão*, em 30 de dezembro de 1890, denuncia o estado em que se encontrava a população caetiteense:

[...] O estado d’aquella importante comarca é horroroso.  
O nosso coração se confrage ante a miséria que devasta o nosso sertão.  
[...] Nas matas encontram-se os cadaveres de famílias inteiras!  
Já 800 pessoas perecem victimas do medonho flagelo!  
Uma providencia, pelo amor de Deus, pedimos ao governo em favor dos sertanejos.<sup>16</sup>

Entretanto, não foi só o comércio e os meios de produção que foram atingidos. Diversas doenças assolaram os sertanejos que, “embora acostumados a lidar com as diferentes situações provocadas pelo clima adverso, de tempos em tempos os moradores do alto sertão da Bahia viam-se atribulados por conta do excesso ou da falta de chuvas.” (AGUIAR, 2011, p.43).

Como afirma Pires (2009, p. 175), os negócios de Joaquim Manoel Rodrigues Lima não estavam restritos apenas às fazendas, ele mantinha casas de negócios em Caetité que realizava

---

<sup>15</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 29. Deocleciano Pires Teixeira. Notação: JMRL 1.29.7

<sup>16</sup> BNDigital. O Pequeno Jornal. Ed. 00263. Ano II (30/12/1890).1890 a 1893 - PR\_SPR\_00201\_703842

compras de vários gêneros em Salvador: vinho do Porto, biscoitos, amêndoas, ervilhas francesas finas, pimenta moída, bacalhau, entre outros produtos. Fazendo investimentos também em várias instituições bancárias, os rendimentos da Família Rodrigues Lima, vinham dos cargos públicos, casas de negócios, títulos financeiros, pecuária, agricultura e das propriedades: Fazenda Taperinha, Fazenda Serra, Fazenda Campos, Fazenda Espinho, entre outras.

Para a família Rodrigues Lima, as estratégias matrimoniais, que também se estabeleciam em virtude de interesses políticos, serviram como meios de consolidação de sua riqueza. Como ressalta Antônio Carlos Jucá de Sampaio (2007):

[...] alianças políticas mais sólidas, as quais frequentemente se expressavam por meio de estratégias matrimoniais que visavam a unir certas famílias ou a agregar a elas os adventícios mais bem-sucedidos.

Essas estratégias de ascensão legitimadas através do casamento, quase sempre envolviam prestígios e posses. Observa-se, nesse sentido, a missiva do Capitão Joaquim Manoel Rodrigues Lima, aceitando a proposta de casamento do filho Joaquim Manoel Rodrigues Lima com Maria Victória Gomes de Albuquerque, filha do seu cunhado José Antônio Gomes Neto:

Meu mano e am<sup>o</sup>  
S. Isabel 5 de Março de 1866  
Vou responder a sua estimada carta do 24 do passado. **Tanto sua irmã como eu, temos imenso prazer q. nosso filhos se liguem em casamen<sup>to</sup>. com sua querida filha, sempre tivemos esse pensamento e desejo, e agora sua carta veio completar nossa vontade.**  
Seu Mano Comp<sup>e</sup> Amigo  
Joaq.<sup>m</sup> Manoel Roiz Lima<sup>17</sup>

Na carta acima, percebemos a importância do casamento para as famílias de elite e da boa escolha que os jovens deviam fazer dos seus cônjuges. Assim como em outros lugares do Brasil, na região alto sertaneja o casamento foi um alicerce para a consolidação de lideranças políticas: “o casamento entre elites regionais servia, em larga medida, para a formação ou consolidação de famílias poderosas, que constituíam grupos hegemônicos e mantinham prerrogativas de liderança regional” (PIRES, 2009, p. 167).

---

<sup>17</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: José Antônio Gomes Neto. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 19. Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Notação: JAGN 1.19.4

De acordo com Erivaldo Neves (2005, p. 215) os “casamentos consanguíneos”, o “compadrio”, “a escolaridade, articulada com a formação bacharelística, teológica, de belas letras, ou equivalente”, proporcionou o enriquecimento de famílias e foi “fundamental na formação dos poderes locais, que se vinculavam a propriedade fundiária”. Casamentos arranjados, apadrinhamentos e compadrios configuram-se como fortes elementos constitutivos dessa prática, vidados os objetivos e demandas econômicas e sociopolíticas. A família constituiu-se também como uma entidade política na sociedade, transformando-se em mecanismo de articulação social, sendo os arranjos familiares peças importantes nessa seara.

Ao discutir as famílias governamentais mineiras, Cid Ribelo Horta (1986), salienta o quanto as relações conjugais foram substanciais para a constituição de elites políticas fortes a partir de laços familiares e consanguíneos:

Através de descendência direta, a liderança passa de pais a filhos, compreendendo ainda os elos de afinidade pelo casamento, que entrelaçam as principais e mais antigas famílias umas com outras, constituindo uma teia de laços que nem sempre é aparente, pois são outros os nomes, embora a linha de parentesco permaneça (HORTA, 1986, p.111).

Utilizou-se assim dessas teias para se alicerçar nos cargos de governança, constituindo fonte de ascensão social e prestígio. Ainda nesse sentido, Maria de Fátima Gouvêa chama a atenção para o fato de que, os casamentos, se “configuraram momentos privilegiados de consagração de alianças, quer no âmbito político quer no econômico e/ou social” (GOUVÊA, 2005, p. 181). Deve-se observar que quanto maior a rede em que os indivíduos estavam envolvidos, principalmente no que tange aos interesses políticos, maiores suas chances de sucesso.

Além disso, é possível observar na documentação de Joaquim Manoel Rodrigues Lima inúmeras correspondências que revelam os mecanismos de consolidação política da família. São comumente encontrados no seu acervo de correspondências, pedidos vindos de diferentes lugares da Bahia e do Brasil para nomeações políticas, cadeiras na Escola Normal, aumento de salários e empregos nas mais diversas repartições públicas:

Ilheos 30-3-93  
Ex<sup>mo</sup> Snr Dr. Governador  
Rogo V. Ex<sup>a</sup> nomeação commissario Alferes commandante força pois actual não tem habilitação tratar causa importante submettida sua apreciação. Permitta lembrar conveniente urgencia medida.

Alfredo Cambussu<sup>18</sup>

Rio, 8 julho 1895

Joaquim Manoel

Venho recomendar-te com o maior interesse o Am<sup>o</sup> Carlos Ferreira de Araújo, que deseja ser empregado em lugar de qualquer das repartições do Estado da Bahia, que devam ser agora reorganizados. Muito agradecerei o Am<sup>o</sup> Araujo poder ser contemplado na reforma. Saudações a todos da família e abraça-te. Antonio<sup>19</sup>

Bahia 17

Senador Rodrigues Lima

Caetité

Contando seu apoio Deocleciano tanajura outros amigos aprovação governador sou candidato vaga.

Celso<sup>20</sup>

Correligionários, sócios e conhecidos, apesar de nem sempre manterem laços de aliança ou parentesco, compartilhavam interesses, solidariedade, compromisso e lealdade. O compadrio<sup>21</sup>, por exemplo, cumpria a função de agregar as famílias a partir de laços rituais de união que podiam conferir *status* de parentesco indireto ou fictício. Enquanto a união conjugal foi uma forma comum de aliança entre famílias de elite, o compadrio sobressaiu como principal modalidade de união a diferentes grupos da sociedade, notado na documentação a partir dos adjetivos e manifestações de carinho e lealdade que antecedem assinaturas “seu afilhado e grato”, “seu compadre e amigo” e “Comp<sup>e</sup> m<sup>to</sup> respeitador e Am<sup>o</sup> dedicado”.

Essa documentação também evidencia acordos políticos, nomeações para cargos e favores em benefícios dos grupos ligados à família. Dentro desse contexto, as troca de favores, tanto para os segmentos populares como para as elites, tornavam-se alternativas para a concretização dos seus diferentes interesses, conferindo aos de melhor condição amplas vantagens políticas.

---

<sup>18</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 5 Alfredo Cambussu . Notação: 1.5.1

<sup>19</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 11 Antonio . Notação: 1.11.4

<sup>20</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 35 Celso. Notação: 1.25.2

<sup>21</sup> De acordo com Mônica Oliveira, “a lógica do compadrio assentava-se tanto no poder econômico das partes envolvidas, como principalmente, no prestígio e status que podiam ser auferidos da relação. Revela-se de grande importância na consolidação de uma relação de dependência, expressa na condição de eleitores, devedores, agregados, dentre outras.” (OLIVEIRA, 2005. p. 175).

Foi a partir de estratégias como essas que Joaquim Manoel Rodrigues Lima alicerçou sua carreira política. Mesmo vivendo no interior, suas redes de relações sociais (e de seus familiares) garantiram-lhe ingresso na política baiana, primeiro como deputado, depois como senador, até chegar ao posto de Governador em um contexto marcado por instabilidades políticas. Como se deu essa conquista é a discussão central do tópico a seguir.

## **2. “Esta eleição de Rodrigues Lima é um casamento por procuração”: Conflitos e disputas no âmbito da política baiana.**

Em 15 de novembro de 1889 se dá o fim do Império Brasileiro, com a Proclamação da República. Os primeiros anos da República foram marcados por uma série de conflitos políticos em todo o país. Na Bahia republicana, houve uma grande resistência por parte da elite política que “jurou lealdade ao Imperador e, abertamente repudiou a ideologia igualitária da República” (SAMPAIO, 1998, p. 27). Por conta disso, na Bahia, a República teve que ser “re-proclamada” no dia 17 de novembro, pois Ruy Barbosa não aceitava que Virgílio Damásio assumisse o governo do Estado. Sendo então Manuel Victorino indicado por Ruy Barbosa para assumir o governo do Estado,

Além dos conflitos políticos desse período de transição, os primeiros anos da República também foram marcados por uma crise econômica e especulação financeira: “No início de 1891 veio a crise, com a derrubada dos preços das ações, a falências de estabelecimentos bancários e empresas.” (FAUSTO, 2006, p. 143). A Bahia estava em “completa estagnação” e com uma alta dívida externa como aponta Consuelo Sampaio (1998, p. 30):

Em 1889, no ano da República, o valor total das exportações da Bahia desceu a um nível nunca antes registrado. Caiu cerca de dezesseis mil e duzentos contos (16.285:000), em 1881, para pouco mais de nove mil e setecentos contos (9.794:000) – nível inferior ao ano de 1850, quando as exportações totalizaram nove mil e oitocentos e cinquenta e quatro contos (9.854:000). No período de 1860 e 1889, o ritmo de crescimento anual médio das exportações variou entre 0 e 0,17%.

Nesse “clima” de crise econômica e de insegurança surgem os primeiros partidos republicanos que irão compor a política baiana: o Partido Nacional e o Partido Federalista. Conforme também aponta Consuelo Sampaio (1998, p.66), o partido federalista surgiu com o propósito de:

Reagrupar, em torno de uma legenda, os líderes políticos que, contando com real prestígio nos municípios do interior e do Recôncavo, pudessem comandar, de forma melhor estruturada, um eleitorado disperso e carente de orientação.

Percebe-se, assim, que os políticos locais, geralmente advindos de famílias tradicionais, se destacaram devido suas influências políticas e representatividade frente ao governo estadual: “eram grandes proprietários, agricultores ou criadores de gado, comerciantes, doutores e aristocratas do império que compunham os seus quadros.” (SAMPAIO, 1998, p. 50). Além disso, com o novo regime “tudo” continuou como “sempre” foi “liberais e conservadores com a mesma presteza e habilidade, amoldaram-se às novas instituições. Com maior destreza, fizeram com que elas se ajustassem aos tradicionais padrões de comportamento.” (SAMPAIO, 1998, 28) e ampliaram-se as alianças entre os governantes locais e estaduais que buscavam no interior fontes de votos. As elites locais forjavam “seu” espaço de acordo com os seus interesses sócio-políticos.

O advento da República despertou a esperança em relação a legitimação dos direitos e deveres do cidadão e provocou hesitação nos diversos segmentos da sociedade, entretanto, o novo regime, instaurando pouco tempo depois da abolição da escravatura, gerou um clima de instabilidade e desarmonia, uma vez que existia um paradoxo diante dos ideais republicanos defendidos na forma da lei que não se firmavam no momento da aplicação. Porém, ainda que a sonhada política do povo não tenha se concretizado como uma mudança efetiva de papel político no país, a transição para o regime Republicano apresentou-se de modo diferente nos diversos lugares.

Conforme apresenta Aguiar (2011), em Caetité, os partidos políticos se dividiam em dois e que eram dominados por duas influentes famílias: o partido conservador que tinha como importante figura a família Fraga e pelo partido Liberal, o Barão de Caetité e Joaquim Manoel Rodrigues Lima, juntamente com seus companheiros Spínolas e o Dr. Deocleciano Pires Teixeira.

A transição do regime em Caetité não foi uma das mais pacíficas. A respeito dos conflitos ocorridos nesse período, Laiane Fraga da Silva (2014), discute essa “virada política” e as tensões de “novembro de 1889” ocorridas provocadas pela família Fraga e seus aliados,

“motivada por interesses pessoais, uma elite política descontente buscou meios para manutenção no poder.” (SILVA, 2014, p. 69).

Com o “novo” momento político os representantes passaram a ser eleitos de forma diferente, o que proporcionou o a ampliação das redes de relações entre as várias esferas políticas. Assim, “chefes locais se destacaram pelas suas influências políticas e representatividade frente ao governo estadual.” (AGUIAR, 2011, p. 73).

Assim, é possível afirmar que Joaquim Manoel Rodrigues Lima organizou sua carreira política sobre fortes estruturas. Proveniente de uma família abastarda, filho de comerciante de pedras preciosas, atuante na política desde os tempos imperiais, assentado em uma carreira médica que lhe permitiu espaço também para seu trajeto político que se consolidou através da constituição de redes de relações amplas.

No dia 21 de Março de 1892, o Pequeno Jornal de propriedade de Cezar Zama<sup>22</sup>, anunciou: “Já sabemos todos. O sr. Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima será govenador d’este Estado.”<sup>23</sup> Mas o antigo amigo e correligionário de Rodrigues Lima, não se mostrou satisfeito com a sua candidatura e afirmou que a eleição não passou de uma faixada para que José Gonçalves continuasse no poder, “o seu diploma ele não o receberá das mãos impollutas do povo, único competente para agrar os seus chefes. O seu diploma, ele o receberá sim, das mãos do sr. José Gonçalves, que depois, lhe ditará o caminho e a lei.”<sup>24</sup>

Como destaca Artur Dias (1896), na biografia dedicada a Joaquim Manuel Rodrigues Lima e sua administração, após a renúncia do Dr. José Gonçalves da Silva e a recusa do Dr. José Antonio Saraiva ao cargo de Governador do Estado da Bahia, o nome de Rodrigues Lima foi apresentado como candidato pelo Partido Republicano Federalista (PRF)<sup>25</sup>, que acomodava,

---

<sup>22</sup> Cezar Zama nasceu no dia 19 de novembro de 1837 e faleceu em 20 de outubro de 1906. Formou-se em medicina, e tornou-se político e escritor brasileiro. Cesar Zama prestou serviços nos hospitais de sangue da Guerra do Paraguai como voluntário do Corpo de Saúde e ao retornar Ingressou na política, sendo eleito Deputado Provincial em várias legislaturas e Deputado Federal para a Constituinte Republicana. (Taberna da História do Sertão baiano).

<sup>23</sup> BNDigital. O Pequeno Jornal. Ed. 00611. Ano III (21 de março de 1892).1890 a 1893 - PR\_SPR\_00201\_703842

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> Fundado em 16 de maio de 1892, o *Partido Republicano Federalista* passou a ser o partido do Governo. Presidido pelo ex-governador José Gonçalves da Silva, seu diretório contava ainda com Severino Vieira, Augusto A. Guimarães, Luiz Viana e Sátiro de Oliveira Dias. A essência do seu programa era o *federalismo* que trazia no nome, e que tanto sensibilizou a elite política, que vinha de extremado centralismos monárquico [...]. Divergências

juntamente com o Partido Nacional (PN), os “ex monarquistas”, e contava com o apoio de nomes de prestígio de toda a província como Luiz Vianna, o Barão de Jeremoabo, Artur Rios, Leal Ferreira, Eduardo Ramos, etc.

Ainda, segundo o artigo do Pequeno Jornal, o PRF e o PN deveriam decidir em conjunto o candidato ao cargo de governador do Estado, no entanto, após a recusa de Saraiva por três vezes, o ex-governador José Gonçalves, decidiu “sozinho” o nome a ser apresentado como novo candidato:

Esta carta traz a data de 2, e entre outras cousas, diz o seguinte: “que já é tarde para qualquer nova combinação: que, no momento em que teve conhecimento da 3ª recusa do sr. Saraiva, começou a trabalhar com *tofod o affan* pela candidatura do dr. Rodrigues Lima, que se *apresentou por conta e iniciativa propria*, e que nos *devíamos aceitar e apoiar* essa candidatura como elles acceitaram o sr. Saraiva, aliás *chefe do partido nacional*.”<sup>26</sup>

No entanto, a candidatura de Joaquim Manoel Rodrigues Lima não foi bem aceita por todos. Na matéria do Pequeno Jornal, percebe-se uma tentativa de Cezar Zama em impedir a candidatura de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que foi “vítima” de várias crônicas no mesmo jornal, tendo a legitimidade de sua eleição posta em dúvida:

Só e só a corruoção do regimen eleitoral. São as actas a bico de penna, que nota o signatario da carta.

Para que comparecer, ou ler a chapa, que se leva á urna, se a eleição há de ser sempre o que resolver a meza eleitora? O melhor, com effeito, é a gente não se incomodar e ficar em casa deixando que tudo – *corra frouxo* -, como se costuma dizer.

Vivemos sob o regimen representativo, isto é, um regimen de opinião e de publicidade; entretanto vamos ter um governador *eleito*, sem que ninguem conheça quaes as suas idéias politicas e administrativas, em um período aliás de reorganização social e politica!

O meu illustre amigo e outros muitos sertanejos concorrerão para a *eleição* do Lima, só porque são seus amigos pessoaes! e concorrerão confessando previamente que não é mais possível fazerem-se no paiz eleições a não ser de **accordo** e a **bico de penna**.<sup>27</sup> (grifos do autor)

---

entre dois membros do Diretório do Partido Republicano Federalista, Luiz Viana e José Gonçalves, provocou a cisão do partido, dando origem a duas agremiações rivais: o *Republicano Federal* (P.R.F), abrigando os *vianistas*, e o *Republicano Constitucional*, agasalhando os *gonçalvistas*. (SAMPAIO, 1998, P. 66 e 69)

<sup>26</sup> BNDigital. O Pequeno Jornal. Ed. 00599. Ano III (07 de março de 1892).1890 a 1893 - PR\_SPR\_00201\_703842 (grifos do autor)

<sup>27</sup> BNDigital. O Pequeno Jornal. Ed. 00606. Ano III (15 de março de 1892).1890 a 1893 - PR\_SPR\_00201\_703842



Nesse contexto, a mudança na forma de governo não significou a constituição de um regime político realmente democrático e livre das influências do poder econômico. Como bem observa Jairo Nicolau:

O processo eleitoral era absolutamente viciado pelas fraudes em larga escala e, salvo poucas exceções, as eleições não eram competitivas. As eleições, mais do que expressar as preferências dos eleitores, serviram para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais. (NICOLAU, p. 10, 1996)

Apesar das acusações feitas por Cezar Zama no Pequeno Jornal, demonstrando a insatisfação do eleitorado e sugerindo que a eleição foi fraudada, não há indícios na documentação analisada de que isso tenha realmente acontecido, contudo, vale ressaltar que muitas informações podem ter sido omitidas e/ou perdidas ao longo do tempo. Há ainda a possibilidade de Cezar Zama ter ficado ressentido com a família do então governador depois de conflitos anteriores à candidatura de Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Em uma correspondência enviada ao Barão de Caetité, no ano de 1881, ele demonstra interesse em um cargo político não especificado e descontentamento com a possível candidatura de Rodrigues Lima:

Bahia 10 de Março de 1881  
Confidencial  
Amº Snr. Dr. Gomes Netto  
Ouço, [?], boatos que vem de seos sobr<sup>os</sup> ou o Quincas ou o Totonio pretende apresentar-se candidato. Tal pretensão não pode surgir, nem tão pouco vingar sem plena [?] sua. Custa-me a crêr q V. consinta que me surjão obstáculos por parte de amigos, q sempre estimei e considerei.  
Não quero, [?] ser tomado de surpresa e pois vou pedir-lhe de me responder com a maior franqueza sobre serio assumpto. V. conhece toda a m<sup>a</sup> vida publica e privada, e é bast justo p<sup>a</sup> não permittir que amigos embarcem a quem tem envelhecido nas [?] politicas, e fazendo sacrificios superiores as suas forças. Peço-lhe de responder-me com toda a [?]  
Seo amº velho Cezar Zama<sup>28</sup>

O trecho da carta acima lega aos historiadores a percepção de que mesmo no seio das relações consolidadas das miríades de poder, haviam concorrências em benefícios individuais. Através dos jornais analisados, é possível perceber as disputas políticas alçadas no período:

Cidadão honradissimo, de carater integro e de tempera rigidamente spartana, o brioso sertanejo ha de provar áquelles que souberam cumprir o seu dever

---

<sup>28</sup> Fundo: Arquivo da Casa do Barão de Caetité. Série: José Antônio Gomes Neto. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 10.Cezar Zama. Notação: JAGN 1.10.3

que não perderam o seu tempo quando foram ao collegio sufragar-lhe o nome patriótico, e aquelles que por incúria ou por capricho partidario pesaram que procediam bem ficando em casa.<sup>29</sup>

O recorte acima do jornal “A Federação” tenta criar para a população, a imagem do cidadão ideal para assumir o governo do Estado, na conjuntura política de transição em que o país se encontrava. Enquanto o jornal de Cezar Zama se opunha a candidatura de Rodrigues Lima, jornais como Diário da Bahia, A federação, Correio de Notícias se colocavam ao seu favor, construindo uma imagem de alguém disposto a salvar o sertão das mazelas que enfrentava naquele momento:

Sr. Redactor do *Diário de Notícias*. – A candidatura do Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, digno senador estadual, ao cargo de governador da Bahia tem tido uma viva acceitação por parte dos sertanejos, que nella vêm a sua salvação na terrível emergencia em que estamos.<sup>30</sup>

Os conflitos de interesses revelados nos jornais analisados possibilitam questionar a construção da imagem de Rodrigues Lima. No primeiro momento, é preciso perceber as intencionalidades desses discursos ao garantir os interesses de grupos hegemônicos desse período. Diante desses jogos de interesses e influências, os jornais assumiam a função de formador da opinião pública, “a serviço de grupos, classes e, sobretudo, partidos políticos”, possibilitando “tendenciosamente selecionar políticos, fazer governos, decidir eleições.” (MARTINS;LUCA, 2006, p. 40).

### **3. “Sertanejos a postos!”: Atuação de Joaquim Manoel Rodrigues Lima no governo da Bahia.**

No dia chuvoso de 28 de Maio de 1892, em seção solene da Assembleia Geral Legislativa, realizada no salão do paço municipal, às 13 horas, tomou posse do cargo de Governador o Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Apesar da chuva, o salão “e salas adjacentes estavam literalmente cheias de povo.”<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio directo do povo. (1896. p. 30)

<sup>30</sup> <sup>30</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio directo do povo. (1896. p. 27)

<sup>31</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio directo do povo. (1896. p. 48)

Acompanhado pelo vice-governador, Barão de Camaçari, o Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima foi empossado pelo “Exm. Sr. barão de Geremoabo, presidente da sessão.” Assistiram a posse:

Representantes estrangeiros, o Exm. Sr. comandante do 3º districto militar com seu estado-maior, membros da magistratura do Estado, representantes da imprensa, do commercio, da lavoura, das industrias e classes artísticas e operarias, chefes e funcionários das diversas repartições estaduaes, comissões de officiaes da guarnição do Estado, professores da Escola Normal e do Instituto Official e grande massa do povo.<sup>32</sup>

Foi nesse ambiente descrito pelo Diário da Bahia que Joaquim Manoel Rodrigues Lima tomou posse do cargo de governador do Estado. Para Arthur Dias (1896):

O cháos político em que se achava o estado, a agitação profunda dos partidos, a ebulição surda das pretensões e dos interesses individuais, tudo convergia a este resultado perigoso – a falta de tranquillidade pública.<sup>33</sup>

Em sua mensagem ao congresso legislativo, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, no ato de sua posse, mostrou-se também preocupado com a sua administração: “não desconheço a grande somma de responsabilidade que ia pesar-me as innumeras difficuldades com que teria de lutar neste período laborioso e grave da reconstrução do paiz [...]”<sup>34</sup>

Os jornais, também faziam ponderações sobre essa nova conjuntura política baiana:

Sem dúvida alguma a posição em que d’ora em diante fica colocado o honrado e bemquisto cidadão não é das mais commodas nem das mais invejáveis, principalmente nesta quadra de difficuldades e appenhões, quando o atrito dos interesses abalados, as exigencias da politica geral, e as paixões de toda ordem ahi estão a encher o ambiente e o espaço de ameaças e presagios etemorizadores [...]<sup>35</sup>

Na matéria do jornal Correio de Notícias, nota-se grande preocupação com a instabilidade da política baiana e as provações que o novo governador teria de enfrentar. As primeiras medidas tomadas por Joaquim Manuel Rodrigues Lima, de “organização da

---

<sup>32</sup> *Idem.*

<sup>33</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio dicrecto do povo. (1896. p. 46)

<sup>34</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio dicrecto do povo. (1896. p. 60)

<sup>35</sup> DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio dicrecto do povo. (1896. p. 62)

magistratura do Estado”, reformando o “terceiro poder institucional” e nomeando “os primeiros magistrados”, já não agradou a todos:

Jornaes e deputados romperam em franca e desabrida opposição ao Governador, que, no dizer de uns e outros, na escolha dos distribuidores da justiça deixou-se dominar por JOSÉ GONÇALVES, LUIZ VIANNA E BARÃO DE GEREMOABO, que o forçaram a organizar uma magistratura partidária, ao ponto de excluir seu quadro, como, aliás, lhe autorizou a Constituição, magistrado encanecidos no serviço, só porque não obedeciam á orientação politica daquelles chefes.<sup>36</sup>

Antonio Ferrão Moniz de Aragão, em seu livro: *A Bahia e os seus Governadores na República*, afirma, contrariamente ao que demonstram outras fontes analisadas, que houve, no início do governo, uma certa tranquilidade e que Rodrigues Lima teria governado sem opposição. Mas, também enfatiza que a mudanças de reações após as medidas tomadas: “A imprensa combatente seguiu a mesma orientação, que só sofreu transformação quando feitas as nomeações para a magistratura estas não sahiram ao sabor dos que se achavam em expectativa sympathica ao governo.”<sup>37</sup>

No governo de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, procurou-se organizar a polícia que se figurava, nas palavras de Arthur Dias, como “uma cousa vaga, uma organização inconsistente e braços com o ridiculo, que longe de offerecer garantias á tranquilidade da população a trazia quase atemorizada.” Assim, o governador conseguiu a difícil tarefa de “transformar inteiramente o antigo corpo de policia desmoralizado e abatido, neste regimento luzido, disciplinado, homogeneo e respeitavel que ahi vemos.”<sup>38</sup>

Em carta anônima, o autor se mostrou insatisfeito com a atuação da polícia, que em vez de proteger a população causava nela, sentimento de medo e repúdio:

Os capadocios e os ladrões, não fazem cazo da policia, e gente seria tem-lhe ódio. Onde chega praça de policia, é o mesmo que chegar o diabo; o publico lhe tem um desprezo, um nojo, um ódio incalculável...

[...]

Não ha a maior dissiplina! Na frente do Quartel há uma varanda a q la chamô Bond; de tarde mandô ali botar cadeiras. O publico tem então ocasião de ver officies e sargentos assentados, de charutos ou cigarros na boca, conversando

---

<sup>36</sup> ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus Governadores na Republica*. Bahia, Imprensa Official do Estado. (1923. p. 94)

<sup>37</sup> *Idem*

<sup>38</sup> DIAS, Arthur. *Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio directo do povo*. (1896. p. 94)

de igual a igual! Não ha muito tempo cimos nós o Ajudante de ordens de V. Ex<sup>a</sup> na cidade baixa andar a par com um sargento em conversar animada e ambos fumando!!! Os soldados sandão porcos, nojentos, rotos, com os pés quase descalços, parecem mendingos!<sup>39</sup>

Juntamente com a reforma policial, o corpo de bombeiros passou por uma processo de organização e compra de materiais vindos da Europa:

Temos a honra de ir pela primeira vez à presença de V.Ex<sup>cia</sup> para lhe oferecer a inclusa encomenda em duas vias, da bomba de incendio a vapor que por intermédio do Snr. Carvalho se dignou fazer-nos para o Governo Estadual da Bahia. O pedido telegraphico seguiu hontem e as menos que sobrevenham causas de forças maior estamos certos que antes do fim de Março a bomba chegará à Bahia.

Ogamos a V. Ex<sup>cia</sup> conservar a 2<sup>a</sup> via em seu poder e devolver-nos a 1<sup>a</sup> via assignada para seguir a Europa pela mala de 28.

Ainda de conformidade com as instruções do Snr. Dr. Varvalho incluímos orçamento e preços das metralhadoras e canhões de tiro rápido. Precisamente estamos executando para o Governo do Maranhão encomenda de material belico nas condições dos orçamentos anexos.

As metralhadoras (4994) são do systema mais moderno e aperfeiçoado com todos os melhoramentos que são a ultima palavra em artigos d'este governo. Quanto aos canhões de tiro rapido V. Ex<sup>cia</sup> deve saber qie Hotohpiss é o melhor fabricante e o fornecedor do mundo inteiro.<sup>40</sup>

Durante seu governo, Joaquim Manoel Rodrigues Lima enfrentou um período turbulento, repleto de revoltas nacionais e crises políticas locais, agravadas com a cisão do Partido Republicano Federalista (1893), provocada por divergências entre Luiz Vianna e José Gonçalves. Essa instabilidade dentro dos partidos provocou rompimentos de antigas alianças. De acordo com Consuelo Sampaio, “o partido governista estava dividido em duas facções inimigas: a *vianista* e a *gonçalvista*.” (SAMPAIO, 1998, p. 70).

Nesse período, José Gonçalves rompeu laços com o governador. Tomando partido de Luiz Vianna, Rodrigues Lima sofreu franca oposição dos gonçalvistas. No ano de 1894, o deputado Pedro Lago, aliado de José Gonçalves, acusou, em seção da Câmara dos deputados, que Rodrigues Lima, juntamente com senador Deocleciano Teixeira, foi responsável pelos

---

<sup>39</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Série: Correspondências Anônimas. (correspondências em processo de catalogação)

<sup>40</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. (correspondências em processo de catalogação)

conflitos que aconteciam nas cidades de Andarahy e Chique-chique, por não aceitarem a oposição naquela região: “O orador faz muitas considerações e lê documentos, provando que o juiz de direito Arlindo Leone é o autor de todos os crimes, que se dão ne Andarahy, mandados executar pelo actual governador”<sup>41</sup>

Pedro Lago afirma que, ao saber das ocorrências na região nada foi feito para findar os conflitos, uma vez que José Marcelino e Luiz Vianna chegaram a negar a existência desses atos, afirmando não estar acontecendo nada.<sup>42</sup>

Nas correspondências de Rodrigues Lima há aproximadamente quinze missivas remetidas por Arlindo Leone, pedindo ajuda para a região do Andaray e Chique-chique e informando a situação na região:

Andarahy, 15 de Maio de 1894

Exmº amº ... Dr. Lima

Os perturbadores da ordem empregão todos os meios pª conflagrarem esta cidade, mas VEx pode ficar certo de que não cessarei de providenciar, d’acôrdo com os homens de bem, pª que se frustrem tão sinistros planos.

De VEx:

Amº ass affeto

Arlindo Leone<sup>43</sup>

Andarahy, 8 de Junho de 1894

Exmº amº Snr. Dr. Rodrigues Lima

Devo dizer à VEx. Que só providencias muito energicas poderão melhorar a sorte infeliz dos habitanes do Chique Chique, onde os darvinistas (calvinistas) d’aqui unidos aos de lá, às ordens do Snr. C<sup>el</sup> Baldoino, têm praticado horrores. Adiei o jury de S. Isabel, porque não quero ser taxado de imprudente, ou melhor não quero perder mª vida, passando em Chique Chique.

De VEx:

Amº. Affecto e obrª

Arlindo Leone<sup>44</sup>

Na contramão das acusações feitas pelo deputado Pedro Lago, as cartas revelam a preocupação de Arlindo Leone em defender a população da região. No entanto, não é possível

---

<sup>41</sup> BNDigital. Annaes da Camara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia. 79ª edição – 25 de julho de 1894. P. 161. 1894 a 1896 - PR\_SOR\_05164\_236586.

<sup>42</sup> *Idem.*

<sup>43</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 15. Arlindo Leone . Notação: 1.15.1

<sup>44</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Subsérie: Correspondências recebidas. Dossiê: 15. Arlindo Leone: 1.15.2.

afirmar se Rodrigues Lima teve, ou não, participação nos conflitos. Não há indícios de que ele tenha provocado ou ajudado a combatê-lo. Sabe-se apenas que esses episódios permearam seu governo. Nas correspondências em que Arlindo Leone se refere a tais acontecimentos em Chique Chique e Andarahy, pede sempre o apoio com armamentos, policiais, proteção, porém não há, na documentação pesquisada, evidências de que esses pedidos tenha sido atendidos.

A oposição a Rodrigues Lima se intensificou depois da cisão do partido: “Pouco antes, com o fracionamento do partido federalistas, um dos correligionários políticos do governador passando-se para a oposição desencadeou sobre s.ex. uma verdadeira procela de ódios.” Segundo Artur Dias, os jornais que outrora defendiam o governo, passaram a criticá-lo veementemente. Correspondências anônimas sugeriram que as oposições vinham também de fogo amigo:

Snr D<sup>f</sup> Roiz Lima

Sendo seo amigo dedicado e desinteressado não posso deixar de anonymamente, lhe precenir do que tramão contra si os seus amigos politicos, com os quaes será não tem o espirito prevenido, precavenha-se de hoje avante. Elles têm sido tão indiscretos nos seos planos que a mór parte d’elles está no dominio publico: o Vianna, o Chefe de Policia e o João Dantas, de mãos dadas com o Innocencio Goes preparão-lhe grossa carrapata, da qual V. só sahirá se tiver muito tino administrativo. O 1º plano é proporem-lhe uma licença que lhe há de conceder as camaras, quer V queira quer não; isto feito será revestido do poder governamental o Chico Muniz, por que o Camaçary não ceitará a empreitada, como já declarou, por não se prestar as trepolias que elles têm em mira commettêr, recheiadas de baixezas, torpezas e mizerias, nas quaes accuparão lugar muito saliente o Chefe e o Calmonzinho. No xado de não sua acquieencia, isto é, se V não combinar com a imposição, será deposto e se fôr necessario até assassinado, para o que já se achão de ante-mão preparados os soldados de policia Venancio Borges e José Martins.<sup>45</sup>

Coincidência ou não, em 18 de outubro de 1895, Joaquim Manoel Rodrigues Lima afastou-se do cargo de governador por 4 meses, a pedido médico. Foi designado para ocupar seu lugar o Barão de Camaçary, então presidente do Senado. Porém, por considerar ilegítima a eleição do Barão de Camaçary, o Barão de Geremoabo tentou assumir o cargo durante o afastamento do Governador, pois considerava-se também presidente da mesma repartição. Chegou a declarar à imprensa que assumiu Governo e até fez nomeações.

---

<sup>45</sup> Fundo: Arquivo da Família do Barão de Caetité. Série: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Série: Correspondências Anônimas. (Correspondências em processo de catalogação)

Conforme aponta Antonio Ferrão Moniz de Aragão (1923), devido aos conflitos provocados por ações do Barão de Camaçary, Rodrigues Lima teve que antecipar a sua volta a seu cargo, no qual permaneceu até 1896. Os meses finais do seu mandato foram marcados pelo conflito de Canudos. As opiniões acerca do envolvimento, ou não, de Rodrigues Lima neste conflito ainda são divergentes, fazendo deste episódio um campo aberto para estudos futuros, assim como outras questões, aqui não analisadas, que perpassaram sua atuação política. Depois de cumprir o seu encargo como governador do Estado da Bahia, Joaquim Manoel Rodrigues Lima ainda foi eleito senador do Estado, porém, voltou ao sertão, antes mesmo de findar o seu mandato, acometido por uma “moléstia nos olhos”, com a qual conviveu até o seu falecimento, em dezembro de 1903.

### **Considerações Finais**

A historiografia baiana e brasileira é recheada de relações familiares e de particularidades na construção das teias de poder que povoam a história nacional. Pensar as matrizes e alicerces nos quais Rodrigues Lima estruturou sua trajetória política, para além de mergulhar na “biografia” de um homem, é entender as estruturas sociais que fizeram parte do contexto de “transição” político-social do Império para a Primeira República.

Este trabalho buscou analisar a trajetória e atuação política de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, durante o período em que ocupou o cargo de Governador do Estado da Bahia. A princípio, este estudo buscou compreender as estratégias utilizadas pela família para manutenção e alargamento de poder.

Observou-se que os negócios dessa família foram diversificados: mineração, criação de gado, produção de algodão e outros gêneros nas fazendas da família, além de casas de negócios em Caetitê e região. Dessa forma, foi possível perceber como outros sujeitos se inseriram nessa organização social. A atuação política foi observada por meio das correspondências, dos jornais, biografias e Atas da Câmara dos Deputados que formam peças de um quebra cabeça de uma história pouco lembrada.

Este estudo não se encerra aqui, muito menos tem a pretensão de dar como acabada as discussões acerca do tema, antes, pelo contrário, lança apenas as primeiras provocações para



um assunto tão rico e que demanda de um aprofundamento mais atencioso e detalhado, ao passo em fala também dos limites e fragilidades nos quais foram construídas as ideias e práticas da República Brasileira

Se o trabalho de pesquisa é um semear de problemáticas, um regar de dúvidas, na esperança de colher ao menos direções de para onde seguir, então as primeiras sementes estão lançadas e poderão e serão aprofundadas e ou regadas em trabalhos futuros em outros níveis de especializações.

Os caminhos trilhados por esse caetiteense precisam de uma atenção mais detida, porque, para além dos limites locais e regionais estamos falando de um episódio importante de construção política do país. Ainda é preciso refletir, quem representava esse “sertão de Rodrigues Lima”. Quais os reflexos de seu governo para os sertanejos que pelos discurso dos jornais esperam nele sua salvação? E por fim, quem ele salvou!!

**Fontes:**

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. A Bahia e os seus Governadores na Republica. Bahia, Imprensa Official do Estado. 1923.

DIAS, Arthur. Homenagem ao Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, 1º govenador do Estado da Bahia eleito pelo sufrágio dicrecto do povo. 1896.

**Referências:**

AGUIAR, Lielva Azevedo. **“Agora um pouco da política sertaneja”**: A trajetória da família **Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924)**, 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia. 2011. 163

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

CARVALHO. José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não se foi**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2 ed. Editora Universidade de São. SP: 2006.

FRAGOSO, João Luís. **A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro**, século XVII. Algumas notas de pesquisa. Tempo. Rio de Janeiro, RJ, n. 15, pp. 11-15, 2003.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2009. 346 p.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola** (c. 1680 – 1730). BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

HEINZ, Flávio M. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.

HORTA, Cid Rebelo. **Famílias Governamentais de Minas Gerais**. In: *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte. Maio/Agosto, 1986.

JÚNIOR, Osvaldo Silva Felix. **A Medicina da Bahia na Guerra do Paraguai**. História & Perspectiva, Uberlândia. 2009.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Unesp, 2006.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX**. Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/UEFS, 200

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” **Arquivos Privados e Renovação das Práticas historiográficas**. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n 21, 1998.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Famílias e Negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos**. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro et al (org.). *Conquistadores e Negociantes. História de Elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Edufba, 1998.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Salvador: Imprensa Gráfica da Bahia, 1998.

SILVA, Laiane Fraga da. **“Tu lembrás o que tu fizeste com os Fraga e os Farias lá em Caetité”?** A atuação política da família Faria Fraga no Alto Sertão da Bahia (Caetité - 1881/1889). Monografia – Departamento de Ciências Humanas VI, Universidade do Estado da Bahia, Caetité, Bahia. 2014

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas teóricas.**

PINA, Maria Cristina Dantas. **Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2000. 122

PIRES, Maria de Fátima Novais. **Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima – BA (1860-1920).** São Paulo: Annablume, 2009.